



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

NOEMI MEDEIROS ROCHA

**PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NOS SERVIÇOS
SOCIOASSISTENCIAIS NO INTERIOR DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2022

Noemi Medeiros Rocha

**Prevenção à violência sexual infantojuvenil nos serviços socioassistenciais no interior do
Tocantins**

Artigo científico apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Juliana Biazze Feitosa.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R672p Rocha, Noemi Medeiros.
Prevenção à violência sexual infantojuvenil nos serviços socioassistenciais no interior do Tocantins. / Noemi Medeiros Rocha. – Miracema, TO, 2023.
33 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.
Orientadora : Juliana Biazze Feitosa
1. Violência sexual. 2. Prevenção. 3. Crianças e adolescentes. 4. Serviços socioassistenciais. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NOEMI MEDEIROS ROCHA

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NOS SERVIÇOS
SOCIOASSISTENCIAIS NO INTERIOR DO TOCANTINS

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Miracema, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientado pela Prof^a. Dr^a Juliana Biazze Feitosa e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 05 / 07 / 2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Orientadora, UFT

Profa. Dra. Daniele Vasco Santos, Examinadora, UFT

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente meus pais, Luzia e Horteone Rocha, que sempre fizeram tudo que puderam e mais um pouco para que eu pudesse ter todas as oportunidades de alcançar meus sonhos e objetivos. À minha irmã Nicole Rocha pelas risadas, histórias e momentos compartilhados. Às minhas tias, tios, e às minhas avós, Maria do Carmo e Maria Loracy, que sempre cuidaram de mim de uma forma especial lotada de afeto e carinho.

Aos meus amigos, aqueles que estão comigo há anos, e aqueles que fiz ao longo da caminhada da graduação que me apoiaram e que sem eles eu não teria chegado até aqui.

À Susana pelas madrugadas de estudo, conversa, fofocas, risadas; pelas correções de trabalhos e os trabalhos individuais feitos em dupla; pela amizade, sinceridade e cuidado.

À Eryka pelos lanches compartilhados, abraços, cheiros, risadas soltas e massagens.

À Sibelle pelos encontros de sorvete, conversas sobre a vida e o viver, pela compreensão e sensibilidade.

Às minhas queridas vizinhas pelas refeições, visitas aleatórias em momentos inesperados, pelas manias adquiridas e pelas risadas compartilhadas que aliviaram meus últimos anos na graduação.

Ao meu amado Daniel, que esteve comigo em todos os momentos, percalços, conquistas, inseguranças e seguranças; agradeço o cuidado, companheirismo e todo o apoio.

À Dra. Juliana Biazze Feitosa pelo exemplo de profissional que almejo ser e pela paciência durante esse árduo processo.

À banca examinadora de minha qualificação composta pelas professoras Dra. Ana Cristina Serafim e Dra. Daniele Vasco pelas contribuições que permitiram a aprimoração deste trabalho; e à banca de defesa que conta com o professor Dr. Ladislau Ribeiro, que tem acompanhado todo meu percurso acadêmico.

A todo o colegiado de Psicologia pelos ensinamentos e reflexões que irão sempre permear minha atuação como profissional.

RESUMO

No presente trabalho, nos propomos a discutir como se dá a prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes em município de pequeno porte localizado no estado do Tocantins, dando enfoque à análise de como os serviços da assistência social Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS têm trabalhado com a prevenção deste tipo de violência e quais os principais desafios que permeiam essa atuação. A relevância de tal pesquisa se dá na medida em que a violência sexual infantojuvenil se caracteriza como uma expressão da questão social, estando marcada pelo modelo de exploração e dominação advento do capitalismo e do liberalismo econômico. Sendo assim, a compreensão de como ocorre a prevenção dentro dos serviços de assistência social nos permite entender a complexidade com a qual o fenômeno da violência se constitui dentro do contexto municipal e quais os obstáculos que circunscrevem a atuação dos profissionais mediante a prevenção. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, documental e de campo, partindo de uma análise histórica e crítica do fenômeno proposto. Percebe-se, então, que além da perpetuação da violência, temos uma precarização dos serviços por uma política de omissão do Estado, a qual ocasiona em uma falta de recursos financeiros, sobrecarga do trabalhador, desvalorização das políticas públicas e um distanciamento do usuário e, conseqüentemente, das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Por mais que nessa forma de organização social a violência seja inerente, a prevenção às violências é fundamental para assegurar a proteção de crianças e adolescentes, sendo necessário a adoção de metodologias que contemple as necessidades do público infantojuvenil.

Palavras-chave: Violência sexual. Prevenção. Crianças e adolescentes. Serviços socioassistenciais.

ABSTRACT

In the present paper, we propose to discuss how the prevention of sexual violence against children and adolescents is carried out in a small municipality located in the state of Tocantins, focusing on the analysis of how social assistance services Centro de Referência de Assistência Social - CRAS and Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS have been working with the prevention of this type of violence and the main challenges that permeate this operation. The relevance of such research is due to the notion that sexual violence against children and adolescents is characterized as an expression of a social matter, being appointed by the model of exploitation and domination that comes with capitalism and economic liberalism. Therefore, understanding how prevention occurs within social assistance services allows us to understand the complexity in which the violence phenomenon is constituted within the municipal context and what are the obstacles that circumscribe the work of professionals through prevention. For such, a qualitative, documental, and field research was carried out, starting from a historical and critical analysis of the proposed phenomenon. It can be seen, then, that in addition to the perpetuation of violence, we have a precariousness of services due to a policy of omission by the State, which causes a lack of financial resources, worker overload, devaluation of public policies, and a user distancing and, consequently, of children and adolescents who are victims of sexual violence. As much as violence is inherent in this form of social organization, violence prevention is essential to ensure the protection of children and adolescents, requiring the adoption of methodologies that address the needs of children and adolescents.

Keywords: Sexual violence. Prevention. Children and adolescents. Social assistance services.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAMINHO METODOLÓGICO	12
3	VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE SUA PRODUÇÃO	14
4	PREVENÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: DIRETRIZES E METODOLOGIAS.....	16
5	SUAS E A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL	19
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	32

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, nos propomos a discutir como se dá a prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes em município de pequeno porte localizado no estado do Tocantins, dando enfoque à análise de como os serviços da assistência social Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS têm trabalhado com a prevenção deste tipo de violência e quais os principais desafios que permeiam essa atuação.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e para os efeitos desta pesquisa, entende-se por criança o indivíduo de até doze anos incompletos e por adolescente aquele com idade entre doze e dezoito anos como disposto no Art. 2º.

Ainda de acordo com a referida legislação, compreende-se por violência sexual “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não” (BRASIL, 2022, Art. 4º, p. 219). Essa forma de violência pode manifestar-se de diferentes maneiras, incluindo o abuso sexual físico, que envolve toques inapropriados, carícias forçadas, penetração ou qualquer outra forma de atividade sexual não consensual com a vítima. Além disso, há também a violência sexual psicológica, que inclui situações como assédio sexual, exposição a pornografia, solicitação de favores sexuais ou exploração sexual online. A exploração sexual comercial, como a prostituição infantil, pornografia infantil e o tráfico de crianças para fins sexuais, também se enquadra nessa categoria (BRASIL, 2022; SANTOS; IPPOLITO, 2009). Logo:

Violência sexual consiste não só em uma violação à liberdade sexual do outro, mas também em uma violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes. De acordo com as leis brasileiras, presume-se ocorrência de violência em qualquer ato sexual praticado por pessoas maiores de idade com pessoas de idade inferior a 14 anos. Várias outras práticas sexuais entre pessoas maiores de idade e adolescentes acima de 14 anos são também consideradas crimes sexuais, dependendo: (a) do grau de parentesco ou status de responsabilidade legal e social entre elas; (b) dos meios utilizados para obtenção da ato sexual e (c) da existência ou não de consentimento. Qualquer prática sexual “forçada” (emprego de violência ou grave ameaça ou fraude) é considerada crime/violência, seja ela exercida contra crianças, adolescentes ou adultos. Práticas sexuais entre uma pessoa maior de 18 anos e outra entre 14 e 17 anos quanto obtidas por intermédio de sedução, indução ou exercício de poder são também criminalizadas. (SANTOS; IPPOLITO, 2009, p. 27-28).

Dentro do contexto brasileiro, a violência infantojuvenil não se configura como novidade, considerando a construção histórica nacional que foi constituída por desigualdades de raça, etnia, classe e gênero, ou seja, a violência pode ser entendida como um fenômeno

sociocultural capaz de gerar sequelas físicas, emocionais, psicológicas, cognitivas e até mesmo sociais. Assim sendo, a violência sexual deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, multifatorial e multicausal, indo muito além de mera violação de normas ou leis e partindo de processos de dominação, exploração e opressão (CREPOP, 2020; SANCHES *et al*, 2019). Ao que se refere as consequências desta violência, compreende-se também marcas no desenvolvimento, nas relações e vivências deste público e daqueles com quem convivem.

De acordo com Moreira e Custódio (2019), a violência sexual, principalmente em sua modalidade de exploração, parte de uma noção capitalista que dita uma ideia de submissão das crianças e adolescentes aos interesses adultos, resultando em sua coisificação. Nesse sentido, prevê uma centralidade do adulto em meio as relações sociais impondo a inferiorização de outras gerações. Torna-se, então, um desafio pensar o enfrentamento à violência sexual e, conseqüentemente, sua prevenção, pois esta encontra-se pautada e ‘justificada’ dentro do modelo capitalista neoliberal e na lógica da mercantilização das relações (MOREIRA; CUSTÓDIO, 2019; GOMES; MINAYO; FONTOURA, 1999).

De acordo com Netto (2007), a cada novo estágio do Capital, há um aumento na complexidade das expressões sociopolíticas que acabam se diferenciando a cada alteração. Nesse sentido, sendo a violência aqui pensada como uma produção histórica, ela também se reinventa na medida que segue as crises inerentes ao modo de organização capitalista.

A “velha” questão social, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos novas problemáticas, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semiescravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenômenos que, novos, vinculam-se aos porões da globalização – as consequências da organização do crime em escala planetária (DREIFUSS, 1996, p. 258).

Reconhecendo o agravamento da violência com o avanço do Capital e da superexploração do trabalhador, nosso problema de pesquisa se impõe: O CRAS e CREAS tem desenvolvido ações de prevenção à violência sexual infantojuvenil e como isso tem ocorrido?

Por ser um fenômeno tão complexo, a violência sexual infantojuvenil apresenta-se como um notório problema social e “como um enorme desafio para os gestores do poder público, por envolver as áreas da saúde, assistência social, educação, segurança pública, economia, política, justiça e cultura” (CREPOP, 2020, p. 17). Além disso, de acordo com Minayo (2001), tal violência muitas vezes é perpetuada, e, até mesmo, naturalizada, devido à pactos silenciosos

feitos mediante moralismos, vergonha, culpa, ou por já haver um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e/ou violação de outros direitos. Nesse sentido:

Ao entender as situações de violência sexual a que são submetidas crianças e adolescentes como uma questão social, cultural, econômica e política, faz-se necessário ampliar concepções e formas sociais de enfrentá-la, na medida em que há uma tendência a sua naturalização (CREPOP, 2020, p. 17).

O Disque Direitos Humanos – Disque 100 é um canal de denúncias e disseminação de informações que pretende atender situações graves de violação dos direitos humanos permitindo a ação dos órgãos competentes, a partir dele é possível ser feita a coleta dos registros de denúncias e violações ao longo de todo o país. Apoiado nesses dados, temos que até o mês de maio de 2023 foram registradas 23.071 violações sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil

Quando falamos do estado do Tocantins, temos um alto número de subnotificações de denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes em contraste com o alto número de casos que aparecem nos serviços, como indicado pelo Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Tocantins (2016-2026). De acordo com os dados apresentados pelo Disque 100, houveram em torno de 88 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado e 176 violações registradas no ano de 2023 até o dia dezessete de junho.

O referido Plano aponta os dois dos maiores desafios enfrentados no estado que são: os altos índices de gravidez na adolescência e abuso sexual infantojuvenil, que acabam sendo agravados devido à ausência e/ou precariedade de serviços públicos importantes como: acolhimento institucional, creches, escolas, centro de referência especializado de assistência social, hospitais públicos, apoio socioassistencial às famílias que vivem em situação de risco social etc.

A partir dos agravantes expostos, é possível compreender a importância da prevenção como ato de luta e garantia dos direitos infantojuvenis e que deve ser pauta constante ao se pensar políticas públicas voltadas a esse público. A criação e efetivação de ações sensibilizadoras que permitam a discussão aberta sobre essas violências tornando-as visíveis em sua realidade nua e crua é fundamental para que a sociedade possa “encarar suas consequências sociais, emocionais e cognitivas, indiscutivelmente desastrosas na vida de crianças, adolescentes e suas famílias” (CREPOP, 2020, p. 18).

A política de proteção às crianças e aos adolescentes assim como o enfrentamento à violência sexual são pautas públicas e políticas relativamente novas, tendo seu reconhecimento

nacional ao ser preconizada na Constituição Federal de 1988 e sendo marcada internacionalmente ao ser pautada na I Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. Em seguida, em 1990, tem-se um dos maiores marcos legais e políticos dentro do contexto brasileiro: a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar de já se ter diversas pesquisas, ações e políticas públicas voltadas para essa temática, é perceptível os desafios envolvidos no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil se depara, principalmente quando falamos sobre políticas de prevenção (JORDÃO *et al*, 2020).

Os serviços socioassistenciais os quais pretendemos abordar neste trabalho têm como objetivo “assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa (BRASIL, 2013, p. 27). Além disso:

Os serviços de média complexidade devem funcionar em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e da especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos como, conselhos tutelares, vara da infância e da juventude, promotoria da infância e juventude, delegacia de proteção à criança e ao adolescente, entre outros (FARAJ; SIQUEIRA, 2012, p. 72).

Faraj e Siqueira (2012) afirmam que o trabalho em rede seria o mais indicado para lidar com os casos de violência, pois permite uma potencialização das ações ao serem discutidas dentro de uma multidisciplinariedade, de serviços e saberes, possibilitando a troca de informações, conhecimentos e experiências. Nessa perspectiva, as ações de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes também devem ser pensadas dentro do trabalho em rede.

O desenvolvimento desta pesquisa se justifica na medida em que a compreensão de como ocorre a prevenção dentro dos serviços de assistência social nos permite entender a complexidade com a qual o fenômeno da violência se constitui dentro do contexto municipal e quais os obstáculos que circunscrevem a atuação dos profissionais mediante a prevenção. Tal análise permite uma construção crítica a qual visa apontar caminhos para fortalecer a prevenção, podendo promover um diálogo entre a literatura, os serviços e o meio acadêmico. Investir em promoção de direitos e prevenção às violências é o caminho mais indicado para assegurar a proteção de crianças e adolescentes, principalmente no que se refere à violência sexual, que deixa marcas profundas em quem a vivencia, afetando o desenvolvimento de forma global.

Através de buscas feitas nas plataforma do Google Acadêmico e SciELO, por meio das palavras-chave: “prevenção”, “violência sexual infantojuvenil” e “Tocantins”, foram

encontradas diversas produções que abordam a atuação da rede de proteção à criança e ao adolescente em diversos municípios tocantinenses, a partir das áreas da assistência social, saúde e escolar, incluindo duas monografias produzidas sobre a atuação em rede no município descrito neste trabalho. Todavia, não foram encontrados trabalhos que tivessem como enfoque a prevenção à violência sexual no âmbito municipal, principalmente em se tratando dos serviços de CRAS e CREAS, o que revela a importância de haver uma maior discussão sobre a temática.

Outrossim, destacamos a importância formativa de conhecer os serviços da rede, entendendo quais os papéis que possuem e o seu efeito histórico-social no que diz respeito ao enfrentamento das violências sexuais, problema que se revela intimamente entrelaçado com as desigualdades sociais, machismo, violação de direitos etc.

Para alcançar os objetivos supracitados, iniciaremos abordando o que configura a violência sexual infantojuvenil no Brasil, compreendendo esta como um fenômeno que vai além do ato apenas, trazendo sua conceituação principalmente como uma questão social e cultural. Logo após, discorreremos sobre a prevenção e como ela pode ser pensada dentro de uma perspectiva de enfrentamento dos aspectos sociais constitutivos da violência.

Aprofundando o debate, foram realizadas entrevistas com profissionais da assistência social e psicologia que atuam nos serviços CRAS e CREAS de Miracema do Tocantins, e logo após será feita uma análise baseado nos relatos apresentados pelos mesmos.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa, documental e de campo, partindo de uma análise histórica e crítica do fenômeno proposto. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa permite compreender uma dimensão integrada do objeto que se propõe investigar, entendendo-o como algo complexo e que parte de uma realidade histórica, social e subjetiva, ou seja, nessa perspectiva:

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” fenômeno em estudo, a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Entende-se por pesquisa documental a coleta de materiais a partir de fontes diversas, podendo ser desde instituições, órgãos públicos, até mesmo de obras literárias, científicas e técnicas. A pesquisa documental permite uma primeira análise de documentos que nunca foram avaliados, ou uma reavaliação daquilo já analisado permitindo interpretações diferentes ou complementares a partir de um novo enfoque, ou seja, a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, “trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995, p. 21). A partir disso, a construção documental dos cadernos de Orientação Técnica do Centros de Referência permite ter acesso a processos históricos que pensam e descrevem a atuação dos serviços de assistência social desde seu surgimento até os dias atuais, tal fator colabora para que possamos idear a prática e logo após analisar sua realização na concretude.

A pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 186). Elegemos como campo os equipamentos CRAS e CREAS de um município de pequeno porte com aproximadamente 20,6 mil habitantes de acordo com o censo levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Entrevistamos profissionais (assistente social, psicóloga e coordenadora do serviço), com o intuito de compreender como se dá a estruturação das ações de prevenção à violência sexual infantojuvenil nos serviços socioassistenciais. Adotamos a entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa, conforme pode ser observado no Apêndice I, sendo feita de uma entrevista de forma grupal com a psicóloga e assistente social do CREAS e uma individualmente com a coordenadora do CRAS.

Os critérios de escolha do município se deram pela proximidade com o Câmpus do Curso de Psicologia da UFT e pelo fato de a pesquisadora residir na referida cidade, facilitando o processo de coleta de dados. Além disso, vale ressaltar a importância do compromisso social da psicologia com uma produção e atuação conectada a um projeto ético-político voltado à garantia de direitos e à democratização do conhecimento e do acesso aos serviços, destacando-se assim a necessidade de uma devolutiva à comunidade das produções acadêmicas feitas em seus espaços (BOCK *et al*, 2022). A seleção dos serviços socioassistenciais ocorreu devido à sua natureza, que foram concebidos para promoção de direitos, prevenção e proteção às vítimas de violência e de violação de direitos.

A pesquisa está vinculada ao projeto guarda-chuva da professora orientadora intitulado *Políticas Sociais e Garantia de Direitos: Análises a partir da História*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do parecer 5.177.004. Assim, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa o presente projeto de pesquisa, apenas juntamos a carta de anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social do município pesquisado autorizando a realização da pesquisa.

A pesquisa está em conformidade com os princípios estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, bem como com os ditames do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A leitura e a análise dos dados coletados foi realizada a partir das legislações e resoluções que preveem o trabalho em rede voltado à prevenção e proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes. Os dados foram analisados sob uma perspectiva crítica, ou seja, o ponto de partida da pesquisa é sempre o fenômeno externo e não as ideias. Não existe uma verdade dada, absoluta e universal, como preconizam as ciências naturalistas e idealistas, mas sim uma realidade histórica que traduz desafios/necessidades (MARX, 1985).

3 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE SUA PRODUÇÃO

Existem várias causas e fatores que contribuem para a violência sexual infantojuvenil. Alguns desses fatores incluem desigualdades de gênero, normas culturais prejudiciais, pobreza, falta de acesso à educação, abuso de substâncias, conflitos armados e a influência da pornografia na internet. Além disso, a impunidade dos seus autores e a falta de sistemas de proteção eficazes também desempenham um papel significativo na perpetuação desse tipo de violência (SANTOS, IPPOLITO, 2009).

O próprio sistema capitalista é intrinsecamente violento, pois se baseia na competição, exploração e busca de lucro a qualquer custo. Essa visão crítica aponta para as relações desiguais de poder e as condições precárias de trabalho que podem levar a situações de violência e exploração de trabalhadores (SOARES, VIEIRA, COSTA, 2019). Além disso, este sistema frequentemente resulta em desigualdades socioeconômicas significativas, com uma pequena parcela da população acumulando riqueza e poder em detrimento da maioria.

A dialética entre opressão e exploração funciona na medida em que a opressão é utilizada como veículo/motor/justificativa para a exploração. Através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, os quais se convertem em privilégios e desigualdades que alimentam a exploração capitalista (BARROSO, 2017, p. 93).

Nesse contexto, a exploração e a objetificação do corpo humano podem ser exacerbadas. O sistema capitalista, baseado na busca de lucro, muitas vezes promove uma cultura de consumo e comercialização, incluindo a exploração do corpo e da sexualidade. Isso pode contribuir para a disseminação da violência sexual, especialmente em indústrias como a pornografia, a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Chauí (2000) discorre sobre como a sociedade brasileira é marcada pelo autoritarismo social provocado por relações hierárquicas e de poder, dividindo grupos e classes em aqueles que devem obedecer e aqueles que dão ordens. Assim, dentro dessa perspectiva a violência se torna ferramenta de controle, além de ser naturalizada e se expandir para as relações sociais.

Como um reflexo disso, muitas vezes os agressores são pessoas em posição de poder, confiança ou autoridade sobre as crianças, como membros da família, parentes, vizinhos, professores, líderes religiosos ou figuras de autoridade (SANTOS; IPPOLITO, 2009, BRASIL, 2021). Isso se dá justamente pela influência da ideologia construída a partir da dominação e exploração capitalista, e de uma educação, como descrito por Vieira (2018, p. 102), “baseada

em perspectivas adultocêntrica (superioridade do adulto sobre a criança), falocrática (relações desiguais de gênero dentro da família) e androcêntrica (supervalorização do homem)”.

Nesse sentido, a violência sexual se dá por meio de relações desiguais e de um abuso de poder atrelado a padrões machistas e sexistas que subjugam mulheres e crianças em prol daquele que possui o poder, na maioria dos casos, o homem. Estas perspectivas adentram o seio familiar muitas vezes ditando sua dinâmica, na qual o homem domina a mulher, devido à desigualdade social de gênero, e a criança, devido à supervalorização do mesmo (VIEIRA, 2018).

É fundamental reconhecer que a violência sexual é um problema social grave que precisa ser enfrentado independentemente do sistema econômico vigente, mas é importante considerar como dinâmicas específicas do capitalismo podem influenciar e agravar essa forma de violência. Os efeitos desta são profundos e de longo prazo podendo causar danos físicos e psicológicos, incluindo trauma, transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, problemas de autoestima e dificuldades de relacionamento. Esses efeitos podem persistir ao longo da vida, afetando negativamente o desenvolvimento e o bem-estar das vítimas (HABIGZANG *et al*, 2006), por isso a prevenção é tão importante para o enfrentamento às violências, conforme abordaremos a seguir.

4 PREVENÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: DIRETRIZES E METODOLOGIAS

Ao tratarmos da prevenção à violência sexual infantojuvenil precisamos primeiro compreender os sujeitos afetados por ela como para além de apenas vítimas. Anterior a criação da Constituição Federal de 1988, as crianças e adolescentes eram vistas como “menor”, sendo este o termo utilizado para designar aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica denominada como ‘situação irregular’, necessitando, de acordo com o Código de Menores, da intervenção corretiva do Estado. As ações propostas pelo Estado possuíam caráter punitivo e pretendiam “corrigir” essas crianças e adolescentes.

O conceito-chave que foi se consolidando ao longo do século XX na formulação de direitos e políticas no âmbito da infância foi o de situação irregular. Por situação irregular compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal. A pobreza era, assim, situação irregular, ou seja, uma exceção (FALEIROS, 2005, p. 172).

A partir de 1988 tem-se então a construção de uma nova visão acerca da criança e do adolescente, não mais entendidos como meros objetos passíveis de intervenção, mas como sujeitos de direitos em processo de construção de suas autonomias e que devem ter a garantia de um desenvolvimento físico, mental, cultural, social e psicológico seguro e saudável (VERONESE, 2012). Tendo isso em mente podemos, então, pensar a prevenção à violência sexual como uma ação para além da visão desses sujeitos como apenas vítimas, mas também como capazes de edificação de sua história e autonomia.

Podendo ser feita nos mais diversos âmbitos dentro das políticas públicas, a prevenção deve envolver desde os profissionais que a promovem até as famílias, tendo a comunidade como fator importante na medida em que dentro dela ocorre tanto o desenvolvimento social e cultural da criança e do adolescente assim como a própria violência. À vista disso, é possível pensar a prevenção em diferentes níveis que possibilitam uma articulação entre políticas, serviços e ações, comportando desde ações básicas de educação e informativas até processos mais complexos como a capacitação de profissionais.

A prevenção primária pode ser pensada no campo da promoção de condições favoráveis de vivência para as famílias garantindo espaços para o exercício pleno de seus direitos e deveres, assim como o acesso à cultura, educação, segurança, além da necessidade de projetos e ações voltados ao fortalecimento dos sujeitos e das comunidades, possibilitando espaços de

diálogo sobre o desenvolvimento infantojuvenil e da educação sexual a ser feita com as próprias crianças e adolescentes. Ademais, é necessário que haja a sensibilização e capacitação dos profissionais das áreas da saúde e assistência social juntamente com o desenvolvimento de pesquisas estratégicas que permitam uma melhor compreensão e atuação frente à violência sexual infantojuvenil (GOMES; SILVA; NJAINE, 1999, ABRAPIA, 2002).

Ainda conforme as autoras, o se tratar do nível secundário prevê-se a articulação entre os setores da saúde e educação para o desenvolvimento de estratégias de identificação dos indicadores de violência, considerando a possibilidade de intervenções precoces. À despeito do nível terciário, compreende-se a necessidade de uma organização adequada dos serviços, havendo a distribuição dos níveis de atuação desde a atenção e proteção social básica até níveis mais complexos, tendo em vista a articulação dos serviços multidisciplinares e a promoção de modelos de atendimento integral à criança e ao adolescente, às famílias e ao autor de violência, levando em consideração a condição social, econômica, física e psicológica dos sujeitos (ABRAPIA, 2002).

Nesse sentido, a prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes precisa ser direcionada e pensada dentro dos principais espaços que fazem parte do dia a dia desse público, como escolas e centros de convivência, e dentro do espaço familiar ou de sua rede de apoio. Dessa forma, Moreira e Custódio (2019) afirmam ser fundamental a promoção de informações para os adultos próximos e profissionais em relação à identificação de sinais que possam indicar uma violência, além do debate sobre o contexto da violência e suas consequências. Para isso, é necessário investir em cursos e palestras de capacitação para profissionais, desde professores até psicólogos atuantes na assistência social, e em projetos educacionais voltados para a comunidade em geral.

Outrossim, segundo os autores supracitados, é imprescindível que este tema seja abordado com as próprias crianças e adolescentes, visando auxiliá-las na compreensão do que é uma violência sexual, adaptando o conteúdo à sua faixa etária, e desenvolver junto a elas métodos de proteção, cuidado e, principalmente, como comunicar uma violência. Para tanto, é essencial que haja materiais didáticos voltados ao público infantojuvenil que trabalhem dentro da educação sexual, e que haja a abertura para diálogos dentro da família, escola e em outros espaços que convivem.

A educação sexual deve ocorrer a partir do entendimento de que as informações compartilhadas devem respeitar cada fase do desenvolvimento da infância à adolescência com o objetivo de promover uma sexualidade saudável e prevenir contra a violência sexual (DIAS; FONTANA, 2020). Para tanto deve se utilizar de metodologias lúdicas, como dinâmicas,

brincadeiras, desenhos educativos etc., que permitam uma aproximação, principalmente com o público infantil, de forma clara e didática, e que hoje são acessíveis aos profissionais e famílias.

Todavia, é perceptível que ainda há muita desinformação acerca da violência sexual infantojuvenil e que, apesar da facilidade ao acesso de materiais disponíveis online, a falta de conhecimento e a imposição social do tabu quando falamos sobre sexualidade impede que haja um aprofundamento da temática com as famílias. Devido a isso, é necessário que se reforce no trabalho em rede a importância da orientação que os serviços socioassistenciais dispõem para seus usuários.

5 SUAS E A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL

Diante do contexto de violência infantojuvenil, é fundamental a criação de estratégias de enfrentamento mediante política pública municipal de forma a promover ações de prevenção visando a sensibilização do tema com a comunidade e com profissionais das áreas da saúde, socioassistenciais e da educação (MOREIRA; CUSTÓDIO, 2019). Nesse sentido, pensar o funcionamento dos serviços de CRAS e CREAS se torna tarefa necessária para a compreensão da realidade da implementação de políticas preventivas, principalmente quando falamos de municípios do interior, os quais tendem a ter esses serviços de forma mais precária.

A prevenção estaria primordialmente inserida no nível de Proteção Social Básica, assim, trazemos enfoque ao trabalho dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que são as unidades responsáveis e nas quais se organizam os serviços de proteção básica, ou seja, é a porta de entrada do SUAS possibilitando o acesso das famílias à rede de proteção socioassistencial. A partir disso:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS foi estruturado pensando a oferta de serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo, desde que disponha dos recursos físicos, orçamentários e de equipe. Além disso, a política de assistência social reconhece a família como ponto central para efetivar suas ações e serviços, ou seja, caracteriza o núcleo familiar, seja ele como for constituído, como um espaço contraditório, possível tanto de autonomia e protagonismo social quanto de tensões, desigualdades e, até mesmo, violências (BRASIL, 2009). Assim, se dispõe a compreender a família dentro de seu contexto sociocultural e econômico, sendo atravessada por estruturas geracionais e de gênero, as quais podem determinar uma distribuição diferenciada de poder e responsabilidade entre os membros.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de assistência social e psicologia dentro do CRAS deve levar em consideração as especificações de cada família, seus interesses, necessidades e potencialidades. Com isso, a política de assistência social entende que “somente é possível tecer uma rede de proteção social ao se compreender os determinantes familiares de uma situação de vulnerabilidade social e acolher mais de um membro dessa família na busca

da superação dessa situação” (BRASIL, 2009, p. 12). Por conseguinte, a prevenção entra nas competências do CRAS, visando a proteção e promoção de direitos, e sendo pensada a partir da matricialidade sociofamiliar, ou seja, prevê ações voltadas tanto aos adultos que compõem o núcleo familiar, quanto para as próprias crianças e adolescentes.

O SUAS, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede socioassistencial para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social (BRASIL, 2009, p. 13).

Quando falamos sobre o CREAS, estamos falando da Proteção Social Especial de média complexidade. O serviço aborda os casos em que há uma violação dos direitos de um ou mais membros da família ou comunidade, sendo assim, conta com atendimento especializado mediante a demanda apreendida atuando na reconstrução dos vínculos, proteção e fortalecimento dos sujeitos para o enfrentamento de situações de risco, sejam eles sociais ou pessoais (BRASIL, 2011).

Sendo compreendido como um serviço de atuação social que visa a proteção e o fortalecimento de seus usuários, o CREAS se baseia em alguns eixos norteadores que embasa e direciona o trabalho da equipe multiprofissional nele composta, sendo eles: “atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede” (BRASIL, 2011, p. 27).

Cada eixo deste remete a uma capacidade que o serviço e os profissionais devem ter para garantir um atendimento de qualidade. Ao lidar com os casos nos quais se houve a violação de direitos, lida-se diretamente com tensionamentos e vínculos fragilizados ou rompidos, sendo assim, há a necessidade de conhecer não apenas o usuário, mas o contexto social e econômico que o mesmo se encontra, levando em consideração seu território e suas relações sociais e familiares. A partir disso, tem-se como objetivo principal promover a autonomia do sujeito dispondo de recursos que permitam ao mesmo oportunidades de (re)constituição de sua emancipação tendo a garantia de todos os seus direitos (BRASIL, 2011).

Apesar de ser classificado como um serviço de média complexidade que intervém após a violação de direitos, não necessariamente atuando na prevenção, o CREAS possui importante papel na construção da mesma. Através da atuação dos profissionais no serviço, é possível colher dados e indicadores de como ocorre a violência sexual, seja por abuso ou por exploração,

permitindo com que a rede construa possibilidades de ações preventivas que sejam adequadas e cabíveis no contexto territorial e/ou municipal. Assim, é possível conhecer o contexto social, econômico e familiar das vítimas e de seus agressores, podendo haver então um funcionamento eficaz da rede de proteção.

Apesar de haver uma boa descrição de como deve ocorrer a prevenção à violência sexual infantojuvenil e como os serviços devem atuar mediante a problemática, ainda existem inúmeros desafios para sua efetivação. Com o número reduzido de profissionais nos serviços e o número alarmante de pessoas em situação de violência, observamos a não-priorização da prevenção, principalmente dos níveis primário e secundário. Além disso, a articulação entre os diferentes setores muitas vezes não ocorre como previsto pelos guias e pelas idealizações do funcionamento dos serviços, dificultando assim o apoio e atendimento integral das crianças e adolescentes (FARAJ; SIQUEIRA, 2012). Portanto, é de suma importância que haja um aprofundamento no que diz respeito ao funcionamento dos serviços à nível municipal, procurando compreender como tem se dado as ações de prevenção dentro dos CRAS e CREAS e quais os desafios que perpassam o desenvolvimento dessas ações.

Para que pudéssemos entender na concretude como são desenvolvidas as ações de prevenção à violência sexual nos serviços socioassistenciais, realizamos uma pesquisa de campo, conforme já descrito na metodologia.

No que se refere à compreensão dos profissionais entrevistados sobre o conceito de violência sexual, ressaltamos que a coordenadora do CRAS a definiu como: “tudo aquilo que atinge negativamente”. Dessa maneira, descreveu a violência sexual como todo ato libidinoso que contra à vontade do sujeito e que muitas vezes vem acompanhada de outros tipos de violências envolvendo vulnerabilidades sociais e econômicas. De acordo com as profissionais do CREAS, a violência sexual seria:

Pra gente é muita questão do abuso. (...) Os tipos de abuso. Que nem acontece com as crianças, às vezes. A gente sempre orienta na escola com as crianças em relação ao abuso, de tocar no corpo do outro, de mostrar, sem tocar, de falar palavras muito íntimas, mostrar vídeos pornográficos, o ato sexual em si. Então, assim, isso aí tudo configura a questão da violência sexual (Psicóloga).

Adentrando na prevenção, em ambos os serviços foi relatado a realização de palestras educativas, em conjunto com outros serviços, principalmente da educação, voltado ao público infantil através de materiais lúdicos como o “Semáforo do Toque”, material no qual aponta-se em um boneco ou boneca as partes do corpo que seriam vermelhas significando “não toque” referindo-se à partes mais íntimas (boca, região dos seios e genital), as que seriam amarelas

significando “atenção/alerta” podendo ser acima dos joelhos ou o rosto, e as partes que seriam verdes indicando “pode tocar” como braços, ombros, mãos e cabeça; além de orientações sobre como realizar as denúncias.

O que a gente faz aqui são as palestras, são rodas de conversa. Esse mês a gente fez muito isso. A gente foi nos colégios, nos municipais e estaduais, juntamente com o conselho e a equipe do colégio, que agora tem profissional de serviço social e psicologia. E é um dos casos que a gente mais recebe aqui. E a gente fez essas palestras, rodas de conversa, informativo, o que tem que ser feito, quem você deve procurar, o número que você possa ligar, orientações mesmo (Assistente Social).

No serviço do CRAS, as ações são feitas em duas dimensões: individual (em atendimento com o indivíduo ou com a família) ou coletivo (prevê ações com a comunidade em geral). Podem realizar palestras, rodas de conversas ou ações grupais visando um público específico, e trabalham com oficinas do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família). A frequência com a qual essas ações ocorrem no município se dá em datas significativas como, por exemplo, o maio-laranja, alusivo ao 18 de Maio (Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) ou caso haja demandas no município de uma intervenção. Assim, as ações preventivas são trabalhadas da seguinte forma:

A gente sempre está trabalhando mais o preventivo com as crianças e os adolescentes. Mas tem essa necessidade de trabalhar com os pais. O que agora, daqui pra frente, vai ser bom pra nós aqui, que tem a equipe multiprofissional da educação. Então, a psicóloga e assistente social da educação, elas estão participando das reuniões de pais e mestres. Então, já pode facilitar isso pra nós. Trabalhar também com a família, né? Porque, querendo ou não, CRAS e CREAS tem que trabalhar a proteção com a família, que é o mais difícil, trabalhar com todos, né? (Assistente Social)

Mediante isso, uma das principais dificuldades mencionada pela Coordenadora foi a falta de conhecimento da comunidade em geral em relação aos canais de denúncias e ao receio que a população apresenta de prejudicar a família caso seja relatado a violência. Conseqüentemente, este fator juntamente com o acordo silencioso no seio familiar, local no qual mais ocorrem essas violências, de acordo com as profissionais, gera um alto número de subnotificação no município, no qual há suspeitas, porém não se consegue realizar a investigação e confirmação do ato.

A dificuldade de realizar as ações preventivas também são perpassadas pelas relações de trabalho e pelas limitações do serviço como um todo, sendo assim, ao serem questionadas sobre o processo de formação duas das entrevistadas relataram sentir que a graduação não contemplou os aspectos necessários para que pudessem se sentir seguras em atuar nos serviços socioassistenciais, especialmente o CREAS. Diante disso, falaram sobre as diferenças entre o

que é estudado durante o percurso acadêmico de graduação e o que é vivenciado dentro das políticas.

Na verdade, a graduação é muito bonita, né? Mas a realidade é totalmente diferente. Porque, assim, a gente... lá se ensina, principalmente a Universidade Federal, ainda mais o curso do serviço social, eles ensinam o politicamente correto, que você tem todos os poderes e deveres, mas quando a gente chega para a atuação, é totalmente diferente. A realidade é muito diferente. Às vezes não tem estrutura, às vezes não tem suporte, e todas as maneiras pra você trabalhar como deveria ser, e essa é a realidade (Assistente Social).

A faculdade não ensina a gente a trabalhar, a gente aprende mesmo no dia a dia. Até hoje sempre tem alguma coisa nova pra a gente aprender aqui, e aí, conforme ela falou, na faculdade tudo é muito lindo, seguir o papel e tal, mas a realidade é outra (Psicóloga).

Nesse sentido, verificamos que há um distanciamento entre a formação acadêmica e a prática profissional, sendo que muitos profissionais adentram no campo social sem realmente compreender o funcionamento dos serviços públicos. Ao falarmos da formação em psicologia, é necessário falarmos sobre o papel que esta teve no início do século XX durante o período de industrialização e modernização, sendo este papel o de selecionar e categorizar o indivíduo para o trabalho. Com isso, tinha-se uma psicologia descompromissada com as questões e causas sociais, que não apenas desconsiderava o contexto social, histórico e econômico do sujeito, mas o colocava em termos de responsabilidade frente a sua própria condição (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007).

É a partir dessa percepção que se levanta o debate acerca da atuação profissional, principalmente dentro das políticas públicas. Amedola (2014, p. 979) afirma que “o tornar-se psicólogo é mais que uma ação interessada no conhecimento ou uma preocupação com a formação tecnicocientífica; é uma forma ética e política de intervenção no mundo (...)”. Para tanto, além de fornecerem aparatos teóricos para compreender a realidade e os aspectos psicológicos que perpassam as vivências dentro dos serviços públicos, os cursos de formação profissional devem fornecer recursos para uma análise crítica do contexto social e histórico que estão inseridos os serviços e seus usuários, procurando desenvolver a capacidade de adaptação e da construção de uma atuação especializada.

A dificuldade para desenvolver as ações de prevenção à violência sexual também se relacionam com as relações de trabalho e as limitações do serviço como um todo, principalmente no que se refere à precarização dos regimes de trabalho e a falta de investimento financeiro nas políticas públicas. A condição de contrato a qual se encontra muitos profissionais que atuam dentro da política da assistência social no país interpela na autonomia do trabalhador,

na medida em que limita os enfrentamentos necessários para o cumprimento das diretrizes técnicas e a garantia de direitos da população atendida, tornando-se o profissional refém dos gestores; além da redução das possibilidades de proposição de ações e projetos sociais pensados pelos próprios servidores. Tal situação também pode ser observada na fala das entrevistadas:

A gente tem que trabalhar com o que tem, às vezes com o que não tem. Então, é muito complicado também, a nossa posição de contrato também é muito complicada também trabalhar (Psicóloga).

Você não tem autonomia de nada. Às vezes já teve, tem gente que não tem um problema com isso, mas a gente não tem muita autonomia não (Assistente Social).

Além disso, a falta de concursos permite com que ocorra uma alta rotatividade dos profissionais dentro dos serviços, como pontuado pela Coordenadora, o que acaba por fragilizar os vínculos que os usuários possam vir a construir com estes, principalmente em se tratando do profissional da psicologia, na medida em que este realiza uma escuta diferenciada com o sujeito, tendo contato com demandas mais específicas. Há ainda restrições orçamentárias e falta de recursos adequados para atender a todas as demandas da comunidade. Isso pode limitar a capacidade de oferecer serviços de qualidade e dificultar a resolução das situações de forma eficaz.

A realidade do CREAS é complicada. É que nem... a equipe é reduzida, não tem advogado, não tem o educador social. Nós não temos espaço para começar, né? Então, assim, para fazer um grupo do PAEFI, tem que fazer, ali na recepção. Recurso... o CREAS quase não tem recurso. Então, é muito difícil fazer as coisas. Material nem sempre que a gente pede, a gente tem retorno. E, muitas das vezes, a gente tira do próprio bolso. A verdade é essa (Psicóloga).

Tais fatos podem ser entendidos a partir da política do Estado Mínimo, que segundo Netto (2010), não fornece subsídios para uma melhor condição de vida e trabalho devido ao modelo capitalista que se beneficia da exploração do trabalhador, ou seja, implantou-se uma lógica de retirada de direitos, aumentando a carga de trabalho enquanto se diminui os benefícios e compensações pelo mesmo.

Com o advento da pandemia da COVID-19, houve choques sanitários, econômicos e sociais, nos quais se ganhou consciência de que os mecanismos de seguro social já existentes seriam insuficientes para lidar com as consequências desse fenômeno global. A política de cortes adotada ao longo do contexto pandêmico provocou sérios déficits nos serviços que por sua vez eram necessários para a proteção de diversas famílias, sendo assim, temos um agravamento das condições sociais e econômicas tanto dos usuários quanto dos profissionais. Isso posto, Orair (2021) afirma que alcançar um período pós-pandêmico não representa uma

garantia de retorno à condição pré-pandemia ou uma melhora nas condições, pois o período de crise pode ser mais extenso.

Pereira, Tassigny e Bizarria (2017) discorrem sobre como tem ocorrido uma precarização do serviço através de um processo de terceirização que visa baratear a mão de obra dentro da política pública. Sendo assim:

a terceirização, assim como outras formas precárias de ingresso na Assistência Social, tem a marca da rotatividade de seus quadros. Isso ocorre, pois as contratações mediante parcerias ou licitações nem sempre são renovadas o que acarreta a mudança de todo o pessoal que antes atuava na política (PEREIRA, TASSIGNY, BIZARRIA, 2017, p. 179).

Tal fator também é acentuado pela Coordenadora do CRAS, que ressalta a falta de recursos e muitas vezes a falta interesse do usuário em participar ativamente nos grupos, projetos e ações propostas pelo serviço. Conforme ela assinala, isso se dá, em partes, pela falta de profissionais que permaneçam no cargo efetivamente, o que acaba por provocar o desinteresse dos sujeitos que não conseguem manter vínculo com o serviço. Ademais, tal fato pode ser explicado pela falta de efetividade do serviço, que faz com que o usuário não atribua função social ao mesmo.

Ao falarmos das atribuições dos profissionais, a Coordenadora responsável pelo CRAS traz que os profissionais que ali atuam possuem um papel principal que é o de orientação. Muitos usuários que procuram o serviço ou que precisam deste, não tem total conhecimento dos seus direitos e das possibilidades de assistência que pode receber diante de sua condição precária. Sendo assim, cabe ao profissional inserido naquele contexto, informar, orientar e educar de forma a garantir os direitos e a autonomia daquele sujeito ou daquela família. Relata ainda que este seria um primeiro passo para a prevenção: assegurar a compreensão plena do usuário acerca de seus direitos e dos canais de apoio e proteção que o mesmo possa estar procurando.

Dentro do CREAS, a realidade se mostrou um pouco mais complexa na medida em que a equipe reduzida interferia no trabalho de cada profissional, sendo assim, as servidoras relatam que: “Aqui não tem papel definido não. Isso aqui é do psicólogo, isso aqui é do pedagogo, isso aqui é do assistente social.”. “Todo mundo faz o que tem que fazer.”. “Todo mundo faz um pouco”. Sendo assim, as funções e atribuições de cada um acabam se interligando o que pode não apenas dificultar o trabalho individual de cada profissional, como também aumentar a sobrecarga de trabalho.

Ademais, a atuação em ambos os serviços envolve lidar com uma série de processos burocráticos e documentações necessárias para acesso a benefícios sociais e programas governamentais. A complexidade dos trâmites burocráticos pode dificultar o atendimento ágil e eficiente às necessidades dos usuários. Assim, apesar de ser um serviço que prevê o atendimento multidisciplinar, uma divisão mais clara entre os papéis de cada profissional permitiria uma atuação menos sobrecarregada.

Se vão construir um documento, se todo mundo parar pra construir aquele documento, a gente não vai fazer serviço. Porque aqui tem mil e uma atribuição. Aí dentre esses mil e um, você coloca mais dois mil e duzentos e cinquenta e nove. Entendeu? Então o serviço não vai andar. Seria bom se mais que dividisse, por exemplo. Por afinidade. Mas não é. É pra todo mundo. Mas acaba que, por exemplo, a pessoa fazer mais o que é da sua afinidade. Mas não tem papel definido (Assistente Social).

A partir de todo o exposto, temos que apesar de haver uma descrição de como deve ocorrer as práticas dentro dos serviços socioassistenciais, a realidade é atravessada por diversos aspectos que impedem e dificultam seu pleno funcionamento. A falta de recursos materiais e orçamentários, a pouca quantidade de profissionais em comparação à alta demanda, as barreiras institucionais e burocráticas, dentre outros, são algumas das principais questões que afetam o trabalho nas políticas e que foram ressaltadas ao longo das entrevistas realizadas. À vista disso, mesmo sendo reconhecida a importância da prevenção à violência sexual infantojuvenil, a sua garantia dentro dos serviços socioassistenciais se encontra prejudicada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como são pensadas e efetivadas as ações de prevenção contra a violência sexual infantojuvenil nos serviços socioassistenciais do CRAS e CREAS e entender quais os principais contratemplos identificados pelos profissionais que atuam na política do SUAS. A relevância de tal pesquisa se dá na medida em que a violência sexual infantojuvenil se caracteriza como uma questão social, estando marcada pelo modelo de exploração e dominação advento do capitalismo e do liberalismo econômico.

Nesse sentido, além da perpetuação da violência, temos ainda uma precarização dos serviços por uma política de omissão do Estado, a qual ocasiona em uma falta de recursos, sobrecarga do trabalhador, desvalorização das políticas de assistência e um distanciamento do usuário e, conseqüentemente, das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Faz-se necessário, então, uma política de prevenção continuada, para além do 18 de Maio, que promova reflexões, debates, construção em meio a comunidade, participação familiar e que envolva o trabalho em rede. Deve ser trabalhada também diretamente com as crianças e adolescentes, adotando uma metodologia específica que esteja de acordo com o desenvolvimento sexual da mesma, respeitando as faixas etárias e promovendo a educação sexual. Além disso, a prevenção deve ser pensada para além dos serviços, tendo como objetivo a emancipação e promoção de autonomia do sujeito.

Para tanto, Chauí (2011, p. 381) reflete sobre a determinação de *vítima* a qual são colocados os sujeitos que sofreram violência, e como, apesar de não podermos desconsiderar o caráter traumático ou retirar o peso do acontecimento, enxergá-los apenas como vítimas pode retirar a possibilidade de autonomia entregando à terceiros “não-sofredores” o poder sob a condição daquela criança ou adolescente. Tendo isso em vista, “não se pode, em hipótese alguma, desconhecer o status de sujeito de direitos que qualquer criança e adolescente possui. Esse sujeito, eticamente, não pode ser reduzido à condição de vítima” (GOMES; MINAYO; FONTOURA, 1999, p. 176).

Isso posto, este trabalho não supre a necessidade de continuidade das discussões aqui promovidas, porém promove uma possibilidade de aprofundamento destas através de futuras pesquisas e projetos que podem e devem ser desenvolvidos voltados à prevenção à violência sexual infantojuvenil. Ao cumprir nosso objetivo de entender como tem funcionado as ações de prevenção dentro de um contexto municipal no estado do Tocantins, contribuimos para a compreensão da realidade na qual estão inseridos os serviços socioassistenciais e como estes se

reajustam mediante aos dilemas que atravessam seu funcionamento, e para a realidade histórica e social que permeia a violência sexual infantojuvenil até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual** – mitos e realidade. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 3ª Ed., ABRAPIA, 2002.
- AMENDOLA, M. F. Formação em psicologia, demandas sociais contemporâneas e ética: uma perspectiva, **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 971-83, 2014.
- BARROSO, M. F. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia, **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan./abr. 2017.
- BRASIL. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes** – Abordagem de Casos Concretos em uma Perspectiva Multidisciplinar e Interinstitucional. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA/MMFDH, Brasília, 2021.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. Brasília, 2022. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf. Acesso em: 18 de maio 2023.
- BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em: 20 de abr. 2022.
- BOCK A. M. B. *et al.* O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente, **Psicol. cienc. prof.** v. 42, (spe), p. 1-12, 2022.
- BOCK, A. M. B, GONÇALVES, M. da G. M., FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia, 3. ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CHAUÍ, M. Ética e violência no Brasil. **Revista BIOETHIKOS** – Centro Universitário de São Camilo, v. 5, n. 4, p. 378-383, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. **Conselho Federal de Psicologia**, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 2. ed. Brasília: CFP, 2020.

DIAS, C., FONTANA, R. T. **Educação sexual**. Santo Ângelo: EdiURI, 2020.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades, mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FALEIROS, V. de P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, v. 11, p. 171-177, ago. 2005.

FARAJ, S. P., SIQUEIRA, A. C. O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 67-87, jul./dez. 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas, São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. 2022.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006.

GOMES, R., MINAYO, M. C. de S., FONTOURA, H. A. da. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. 171-179, 1999.

GOMES, R., SILVA, C. M. F. P., NJAINE, K. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 171-181, 1999.

JORDÃO, M. T. *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes: políticas de prevenção e enfrentamento. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 9, p. 1-7, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. Posfácio da segunda edição. *In*: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**: Vol. 1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Difel, 1985.

MINAYO, M. C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2001.

MOREIRA, R. B. da R., CUSTÓDIO, A. V. O papel das políticas públicas na promoção de ações de sensibilização sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. **Direito & Paz**, São Paulo, n. 41, p. 123-144, 2019.

ORAIR, R. O. Política fiscal e resposta emergencial do Brasil à pandemia. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 28, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10822/1/BPS_28_nps3_politica_fiscal.pdf. Acesso em: 21 de jun. 2023.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta**, v. 19, p. 135-170, 2007. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. *In*: **III Encontro Internacional Civilização ou barbárie**. Serpa: 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

PEREIRA, M. E. R., TASSIGNY, M. M., BIZARRIA, F. P. de A. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Administração Pública E Gestão Social**, v. 1, n. 3, p. 171–183, 2017.

PLANO estadual decenal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do tocamins (2016-2026). Palmas, 2015. Disponível em:
<https://central.to.gov.br/download/31331>.

SANCHES, L. da C. *et al.* Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019.

SANTOS, B. R. dos, IPPOLITO, R. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Secretaria de Educação**, 2009.

SOARES, M. N. T., VIEIRA, M. S., COSTA, R. G. da. Violência estrutural e capitalismo: particularidades da sociedade capitalista brasileira, **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 25, n. 3, p. 12-29, set./dez. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, J. R. P. Violência e exploração sexual infantojuvenil: uma análise conceitual. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 117 – 133, 2012.

VIEIRA, M. S. Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento, **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 101-116, ago. a dez. / 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Formação: _____

Tempo de formação: _____

1. Há quanto tempo você atua no serviço? Qual era sua experiência profissional anterior?
2. Teve contato com essa área de atuação durante a formação acadêmica?
3. Sua formação lhe preparou para atuar no serviço socioassistencial? Justifique.
4. O que você entende como atribuição dos profissionais que atuam nesse serviço?
5. O que você entende por violências sexuais?
6. O que você entende por prevenção às violências sexuais?
7. Você acha que há uma demanda para isso no município? Como classificaria essa demanda?
8. Qual é o público mais afetado pelas violências sexuais?
9. Há um perfil de crianças e adolescentes que mais sofrem essa violência?
10. Quem são os principais autores desse tipo de violência dentro do contexto municipal?
11. Existem programas ou ações dentro dos serviços que visam promover a prevenção à essas violências? Se sim, quais?
12. Vocês desenvolvem ações para prevenir a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes? Como?
13. Quais as metodologias adotadas pelo serviço para abordar a prevenção às violências sexuais?
14. Com qual frequência desenvolvem ações de prevenção às violências sexuais?
15. Quais recursos (materiais ou estruturais) o serviço dispõe para essas ações?
16. Há a participação de outros serviços da rede na efetivação dessas ações?
17. Caso haja ações preventivas, para quem elas são direcionadas e em que locais elas acontecem?
18. Esse trabalho é feito com as próprias crianças e adolescentes? Como?
19. Quais os principais desafios para fortalecer as ações voltadas à prevenção das violências sexuais?